

RELAÇÕES DE GÊNERO E DE PODER: A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PELO DIREITO À DOCÊNCIA FEMININA EM CAMPOS DE SABERES MASCULINOS

Neiva Furlin

O campo do saber teológico, ao longo da história se constituiu como um lugar exclusivo dos sujeitos masculinos, não só em termos representativos, mas também em sua estrutura simbólica, legitimada com base no sagrado. Conseqüentemente, os discursos da teologia tradicional performatizaram estruturas hierárquicas, produzindo a mulher como desqualificada para as atividades intelectuais e para lugares de liderança no espaço eclesial.

No Brasil as mulheres começaram a ter acesso à formação teológica e, posteriormente, assumiram a função de docentes somente a partir da década de 1970, cujo fenômeno foi movido pelas mudanças socioculturais que estavam acontecendo nesse período. (Furlin, 2011). Ou seja, foi a época em que elas, em geral, influenciadas por mudanças sociais, pelas mobilizações feministas foram buscando o seu lugar na sociedade. As mulheres adentraram ao ensino superior e, gradativamente, assumiram a docência nas universidades, em diferentes áreas do saber acadêmico.

Embora no campo do saber teológico as portas tenham sido abertas para as mulheres, os dados de nossa pesquisa mostram que existe uma grande assimetria em termos da participação feminina e masculina na docência do ensino superior. Por outro lado, não podemos negar que a inserção de mulheres na docência, ainda que reduzida, veio desafiar os códigos convencionais deste universo acadêmico³⁸. Ou seja, trata-se de uma presença que é ao mesmo tempo simbólica e política, porque transgride uma convenção social estabelecida, de um lugar estruturado, ao longo dos séculos, como não inteligível para as mulheres e mostra

³⁸ Diga-se, um lugar do sujeito masculino e clérigo.

que elas estão superando barreiras de poder e de gênero ao se integrar em uma carreira profissional de reduto masculino e celibatário. Em outras palavras, elas fazem do lugar que as produziu como o “outro” desqualificado, um lugar de transgressão, de resistência política e da emergência ética de si.

Portanto, este trabalho procura evidenciar como as mulheres, estando em lugares considerados de direito exclusivo do sujeito masculino, precisam construir estratégias políticas de resistência e de afirmação positiva da diferença para ocuparem lugares que já seriam seu por direito, como no caso de lecionar certas disciplinas e exercer determinado tipo de liderança, porque possuem formação profissional e competências para tal.

O estudo toma como base narrativas de quatorze docentes de três instituições católicas, localizadas na região sul e sudeste do Brasil. Trata-se de um recorte de um estudo de tese no qual se buscou identificar o processo do tornar-se sujeito feminino de saber em um lugar considerado não inteligível para elas.

As narrativas foram compreendidas segundo a perspectiva genealógica, inspirada em Foucault (1999) e Lauretis (2000), ou seja, não no sentido cronológico, mas a partir da singularidade dos acontecimentos, nos aspectos que envolvem as experiências situadas, o que nos permitiu pensar as condições nas quais os processos de subjetivação feminina ocorrem no universo da teologia.

Analisamos os conteúdos das narrativas das docentes à luz dos pressupostos teóricos do feminismo e dos estudos de gênero, na perspectiva pós-estruturalista, e da noção de diferença sexual elaborada pela feminista italiana Rosi Braidotti (2004), cuja teoria se conecta com as discussões contemporâneas do feminismo, por contemplar tanto as diferenças dentro de cada sujeito (entre os processos conscientes e inconscientes) como as diferenças entre o sujeito e seus outros/as.

Resultados apontam que no campo do saber teológico, o fato de elas serem mulheres, as conquistas não aparecem como dadas e estáveis, mas requer delas uma construção contínua que empreende mais energias e uma carga de trabalho supra-humano. Tal realidade mostra que, nas instituições de ensino teológico se faz urgente um processo de mudança cultural e estrutural para que se concretizem relações igualitárias de gênero. E, isso é uma ação que necessita ser abraçada pelos sujeitos masculinos e femininos, como uma luta coletiva. A pesquisa deixa evidente que as estruturas das instituições católicas de ensino continuam reproduzindo processos de discriminação sexista, tornando alguns lugares de poder não inteligíveis para um sujeito de sexo feminino, mesmo que este sujeito esteja em iguais condições de direito, pela sua formação profissional ou pelo capital simbólico

acumulado. Em outras palavras, nessa estrutura continuam vigentes os códigos normativos de gênero de uma hierarquia sexista, que reproduz relações desiguais e demarca o acesso ou não a determinados espaços de poder para as mulheres. Por outro lado, neste estudo, as mulheres não são vistas como vítimas ou como resultado passivo dos códigos normativos e dos discursos simbólicos, mas sujeitos que, embora cúmplices com as dinâmicas de poder existentes, elas também constroem as suas estratégias políticas e possibilidades para um agenciamento de si, produzindo novos significados de gênero que funcionam como contramemória de um determinado modelo de feminino e, conseqüentemente, desestabilizam o sistema simbólico de gênero, da ordem social masculina.

Para concluir, gostaríamos de acenar que essa luta situada e contextual das mulheres docentes no processo de se constituírem sujeitos femininos de saber teológico e de garantir um direito que já é seu por causa de sua formação profissional e pelo capital simbólico acumulado, evidentemente, embora seja específica e distinta, se une a luta de outras mulheres inseridas em tantos outros campos profissionais e de saberes que foram considerados masculinos, ao longo da história. Isso porque, apesar dos processos de mudanças socioculturais que já ocorreram, ainda convivemos em um sistema com fortes resquícios da cultura patriarcal, que continua necessitando da desigualdade, da hierarquia e da violência simbólica para subsistir. Trata-se de um sistema que produz mecanismos de poder e de gênero que tende a se perpetuar também para dentro das instituições teológicas. Talvez, a luta dessas mulheres pelo agenciamento ético de si, no sentido de uma afirmação positiva da subjetividade feminina, pelo reconhecimento profissional e pela produção de novas simbologias e significados, como uma maneira de modificar o imaginário coletivo, nos faça acreditar que “a transformação do mundo começa com a transformação de nossas mentes e a renovação de nossas mentes começa com a transformação das imagens que introduzimos nela, isto é, as imagens que penduramos em nossas paredes e as que levamos em nosso coração” (Ward L. Kaiser)³⁹.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

³⁹ Este pensamento tem nos acompanhado nos sonhos de mudanças sociais, contudo no momento em que buscamos citá-lo neste texto, não conseguimos encontrar mais a sua referência. Contudo, mesmo assim o citamos porque ele dá ênfase a ideia desenvolvida na conclusão.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

FURLIN, Neiva. Teologia e gênero: a docência feminina em instituições católicas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, (284), Petrópolis-RJ, 2011, pp. 880-910.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. pp. 206-242.

_____. Genealogías feministas: un itinerario personal. In: _____. *Diferencias: Etapas de un camino a través del feminismo*. Madrid, horas y Horas La Editorial, 2000, pp. 7-31.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferencia sexual, incardinamiento y devenir. *MORA - Revista del Instituto interdisciplinario de Estudios de Género* (5), Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 1999, pp. 08-19.

_____. *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada*. Barcelona, España, Editorial Gedisa, 2004..